A ZONA DA MATA PERNAMBUCANA E A SERRA GAÚCHA: apontamentos sobre a estrutura fundiária em meados do XIX.¹

Cristiano Luís Christillino
(Universidade Estadual da Paraíba)

Resumo: O objetivo neste artigo é analisar a estrutura e a dinâmica fundiária de dois municípios representativos das regiões da serra sul-rio-grandense e da mata pernambucana, cujas economias estavam voltadas para a agricultura. Na primeira, ocorria o predomínio da lavoura de alimentos, enquanto, na segunda, as lavouras canavieiras voltavam-se à exportação. Por meio da análise comparativa, procuramos mostrar o rápido fracionamento da estrutura fundiária da mata norte em Pernambuco. No caso de Taquari-RS, o incremento da colonização e da agricultura levou à expansão da fronteira fundiária sobre as terras públicas e também incentivou a ação de especuladores. Em Nazaré da Mata-PE, ainda é possível perceber, a partir das declarações paroquiais, a diversificação da agricultura.

Palavras chaves: Lei de Terras; agricultura e história comparada.

Abstract: This paper aims to analyse the agrarian structure and dynamics of two Brazilian representative municipal districts, located respectively in a mountain range of Rio Grande do Sul and in the Atlantic Forest in Pernambuco, both of them economically characterized by agriculture. The first one used to concentrate itself on food production; whereas the second one used to place fragmentation of the agrarian structure of the northern Atlantic Forest in Pernambuco. In Taquari-RS, the development of colonization and agriculture increased the agrarian boundaries to the public lands, as well as stimulated speculation. In Nazaré da Mata-PE, it is still possible to realize, from the priests declarations, that agriculture is diversified.

Key words: Land Law. Agriculture. Comparative History.

Os estudos sobre a estrutura fundiária ganharam destaque no Brasil entre o final da década de 1980 até meados dos anos 90. Essa temática ainda tem muito a contribuir com a história social, especialmente através de análises comparativas entre as diversas regiões do Brasil. Os dados dos registros paroquiais de terras permitem a análise das paisagens rurais, sobre as quais se assentavam as sociedades locais, bem como a dinâmica de ocupação e exploração da terra. As informações dos registros paroquiais de terras, quanto ao tamanho das áreas, apresentam problemas, uma vez que uma boa parte dos declarantes não citou a extensão das suas áreas. Apesar disso, tais registros informam muito sobre as estratégias das famílias em torno da afirmação e expansão da propriedade fundiária e também permitem a análise da dinâmica de sucessão.

No Rio Grande do Sul e em Pernambuco, existiam conjunturas semelhantes no século XIX, especialmente em função da conturbação política que envolveu essas duas províncias, o que exigiu uma atenção especial da Coroa, em seu processo de centralização. Uma análise comparativa entre as duas unidades do Império possibilita o debate em torno da dinâmica social e política deste.

Os milicianos sul-rio-grandenses tiveram uma importante participação na afirmação das fronteiras luso-brasileiras no Prata, nas primeiras décadas do século XIX. A Revolução Farroupilha (1835-1845) constituiu-se no mais extenso conflito do Período Regencial, e neste, os chefes sul-rio-grandenses deram mostras à Coroa da sua força bélica e dos riscos que suas alianças com os vizinhos platinos representavam à integridade político-territorial do Império. As relações das lideranças do Rio Grande do Sul no Prata estiveram, ao lado de outras questões, no centro das intervenções políticas do governo brasileiro, na região, na década de 1850. Além disso, os milicianos sul-rio-grandenses também tiveram participação expressiva na Guerra do Paraguai. Suas forças corresponderam a 27% do efetivo brasileiro envolvido no conflito². Pernambuco, por sua vez, contava com o maior contingente da Guarda Nacional, cujo efetivo somava 64 mil homens em 1867³. À época, a Guarda Nacional do Rio Grande do Sul, o principal apoio à Coroa nos conflitos externos, tinha aproximadamente, 26 mil soldados. O núcleo da milícia em Pernambuco era essencial à manutenção da ordem interna nessa conturbada Província e também no “Norte do Império”. Assim, mesmo com o deslocamento maciço de escravos para o Sudeste, o contingente miliciano pernambucano permaneceu extenso, mostrando que a questão política do “Norte” estava no centro das atenções da Coroa. Era um contexto diretamente relacionado à Insurreição Praieira.

A Praieira (1848-1849) é um marco na história política do Império. Foi um movimento complexo, que envolveu desde as famílias mais ricas até as camadas dos “homens livres e pobres”. A Insurreição Praieira teve um impacto maior do que as revoltas liberais em Minas e São Paulo, em 1842, e também foi a última grande sublevação enfrentada pela Coroa em sua fase de consolidação. A Praieira foi antes mais uma acirrada luta entre grupos rivais locais do que uma resistência da elite pernambucana (unida) ao governo central⁴, mas que desafiou o poder central ao ignorar as suas determinações. A pacificação desse conflito, assim como na Farroupilha, foi expressão da política de negociação da Coroa com as elites locais. A própria anistia

concedida pelo imperador a alguns dos líderes praieiros mostra a preocupação da Coroa em selar alianças com rebeldes que tiveram um amplo apoio na Província de Pernambuco.

Portanto, com o estudo comparativo entre o Rio Grande do Sul e Pernambuco, em torno da aplicação da Lei de Terras de 1850, contribui-se em vários pontos à historiografia e se pode abrir caminho para outros trabalhos, na medida em que a análise proposta permite traçar um paralelo entre duas regiões que, na maioria das vezes, são trabalhadas no âmbito regional. Neste artigo, propomos uma análise comparativa em torno da aplicação da Lei de Terras na zona da Mata de Pernambuco e na serra do Rio Grande do Sul: duas regiões de terras florestais e de agricultura.

Em Pernambuco, província de colonização mais antiga, efetivada a partir do século XVI, foram realizadas concessões de terras na zona da mata, nas quais, ao longo do tempo, consolidou-se o domínio dos herdeiros e compradores das parcelas das primeiras doações, cujas terras eram mais disputadas para a lavoura canavieira. Já nas regiões do agreste e do sertão, colonizadas mais tardiamente em relação à primeira, ocupadas especialmente pela pecuária, ocorreu um número significativo de posses. No caso do Rio Grande do Sul, de ocupação mais tardia em relação a Pernambuco, houve um grande número de concessões de terras na segunda metade do século XVIII e início do XIX, principalmente na Campanha, região fronteira aos domínios hispânicos. Já no Planalto e na Serra, houve o predomínio da posse, notadamente na segunda metade do XIX, em função da expansão da agricultura, impulsionada pelo processo imigratório e da exploração da erva-mate. As duas atividades contribuíram para o rápido aumento do preço da terra e da apropriação sobre as áreas devolutas, algo proibido pela Lei de Terras. Em ambas as regiões, é possível descrever-se o rápido fracionamento da sua estrutura fundiária e os registros paroquiais de terras reforçam a ideia da diversificação das atividades. ,

Os registros paroquiais de terras são as fontes que mais dispõem de dados em torno da estrutura fundiária de meados do século XIX⁵. Esses registros foram instituídos pela Lei de Terras de 1850. As declarações estavam sob a responsabilidade dos párocos e todos os possuidores de terras, oriundas estas de concessão ou de posse, deveriam declará-las sob a pena de multa de 200 mil réis⁶. Os registros foram realizados entre 1854 e 1857, no Rio Grande do Sul e, em Pernambuco, entre os anos de 1857 e 1860. Após a primeira etapa, eles foram encaminhados à Repartição Especial de Terras

Públicas de cada Província. A partir daí, os proprietários deveriam iniciar os processos de legitimação e revalidação das terras e, só após sua realização, seriam produzidos os títulos de propriedade das áreas. Após a legitimação e revalidação das terras em domínio privado, seriam então medidas e demarcadas as terras públicas, conforme previa o Regulamento de 1854⁷. Como as terras do Estado eram “sobras” do domínio privado, o Governo Imperial logo perdeu o controle sobre a demarcação das terras públicas.

As declarações expressas nos registros paroquiais de terras seriam fundamentais no mapeamento prévio das terras do domínio privado, para então se iniciar a delimitação das terras públicas. No entanto, as imprecisões expressas no próprio texto do Regulamento de 1854 limitaram, drasticamente, o conhecimento e a localização das terras particulares:

“Art. 100. As declarações das terras possuídas devem conter: o nome do possuidor, designação da freguesia, em que estão situadas; o nome particular da situação, se o tiver; sua extensão, se for conhecida; e seus limites.

Art.102. Se os exemplares não contiverem as declarações necessárias, os vigários poderão fazer aos apresentantes as observações convenientes a instruí-los do modo por que devem ser feitas essas declarações no caso de que lhes pareçam não satisfazer elas ao disposto no art. 100, ou de conterem erros notórios; se, porém, as partes insistirem no registro de suas declarações pelo modo por que se acharem feitas, os vigários não poderão recusá-las.”⁸

Como discriminar as terras públicas das privadas, quando os declarantes não precisavam declarar a extensão de suas posses? Logo, as dimensões das terras privadas não seriam conhecidas em um primeiro momento, pois uma boa parte dos declarantes não informou a extensão de suas áreas. No caso do Rio Grande do Sul, em Taquari, foram 50,33%; em Cruz Alta, 52,23% e, em Santana do Livramento, 29,45% dos declarantes não registraram a extensão de suas terras. Na região serrana e no Planalto, onde estavam localizados, respectivamente, os dois primeiros municípios que abrangiam as áreas de ocupação mais recente da Província, houve um número de concessões de terras bem inferior ao município da fronteira. Taquari, área de ocupação mais antiga, possuía um grande número de terrenos *pro indiviso* nas proximidades da vila, ou seja, propriedades obtidas por meio de herança que não estavam divididas judicialmente. As terras de Santana do Livramento foram incorporadas definitivamente aos domínios luso-brasileiros no início do XIX e, por se tratar de região fronteira e de

campo, suas terras foram rapidamente concedidas em forma de sesmarias aos chefes militares e milicianos. O estabelecimento destes últimos nessas terras foi fundamental à afirmação das divisas meridionais do Império Português na América. Dessa forma, o número de propriedades medidas e demarcadas em Santana foi bem maior do que em Cruz Alta, onde a maioria das terras foi obtida por meio de posse. O número considerável de extensões não declaradas na fronteira e de mais da metade das áreas registradas no planalto e na região serrana, praticamente, impossibilitariam a demarcação das terras públicas, em função do “desconhecimento” dos limites das áreas apossadas.

As informações dos registros paroquiais de Pernambuco mostram que grande parte dos proprietários da Zona da Mata não declarou a extensão das suas propriedades. Na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré, 74,6% das declarações não informaram as dimensões da área declarada. Na Freguesia de Escada, na Zona da Mata Sul, esse percentual foi de 32,29%. Em Nazaré, foram registradas 584 declarações de terras, mas o seu estado de conservação permitiu o fichamento de apenas 500 registros. Nessa localidade, as declarações evidenciam uma ocupação antiga, bem como as cadeias sucessórias longas, o que provocou o fracionamento das propriedades dos engenhos. Grande parte desses não estava dividida judicialmente, *mas apenas o eram no seu “valor judicial”* e, assim, seus coproprietários não sabiam informar a extensão exata das suas heranças. Também houve muitos casos em que as propriedades estavam *pro indiviso*, ou seja, a sucessão de propriedade ocorreu sem a divisão da área por meio de medição. Isso praticamente impossibilitou o mapeamento de eventuais terras públicas no interior da Freguesia de Nazaré. Constata-se, por isso, que nenhum registro desta localidade citou, nas suas confrontações, os terrenos públicos.

Já o caso da Freguesia de Escada, acreditamos ser um caso atípico no que diz respeito aos registros paroquiais de terras, em função do número reduzido de declarações, somente 96 no total. Na Freguesia de Escada, estava localizada uma das mais importantes aldeias indígenas de Pernambuco, mas apenas três declarantes citaram as terras da mesma aldeia nas suas confrontações. Os registros de Escada evidenciam uma estrutura fundiária recente no interior de uma região de ocupação antiga. Mesmo que ocorresse uma expansão sobre as áreas públicas, no caso, as terras indígenas, elas não foram citadas, porque esse fato praticamente inviabilizaria o mapeamento das terras pertencentes ao Governo Imperial em Escada.

O fato de o vigário não poder recusar as declarações “pelo modo por que se acharem feitas” prejudicou ainda mais a localização das terras ditas privadas, pois algumas declarações ignoravam as confrontações e, até mesmo, a localização das áreas. Pedro Gonçalves Tavares e Antonio Rodrigues de Freitas declararam suas terras nos registros paroquiais de Taquari e ambos alegaram desconhecer a extensão das suas áreas, e também não saber a localização exata das suas propriedades⁹. Logo, as declarações serviam mais como censo do que como mapeamento das propriedades nas freguesias. O número de processos de legitimação de terras foi pequeno na Província Meridional, se comparado ao cômputo dos registros paroquiais, tendo também prejudicado a demarcação das terras públicas. Em Taquari, as suas duas paróquias realizaram 902 declarações¹⁰, mas apenas 45 proprietários realizaram os processos de legitimação de terras, os quais ficaram conhecidos como processos de demarcação em Pernambuco. Em Cruz Alta, foram 831 registros paroquiais de terras e 81 processos de legitimação. Já em Santana do Livramento, foram 292 declarações de terra, mas neste município, como em Alegrete, não foi realizado nenhum processo de legitimação¹¹. Com isso, a revalidação de terras não permitiu a discriminação das áreas públicas e sua execução ficou restrita às informações dos registros paroquiais de terras.

Em Pernambuco, a proporção entre o número dos registros paroquiais de terras e os processos de legitimação (demarcações) foi ainda menor. No Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano, constam os registros paroquiais de 36 freguesias. O Barão de Vila Bela informou em 1868 que foram remetidos, no total, 50 livros com as mesmas declarações à presidência da Província de Pernambuco¹². Como em muitos livros foi englobada a documentação produzida por mais de uma freguesia, e o número destas, no final da década de 1850, era superior as trinta e seis, podemos afirmar que uma parte significativa dos registros foi perdida. Ainda assim, essas freguesias produziram um volume considerável de declarações. Mas, ao mesmo tempo, temos apenas 89 processos de legitimação de terras, ou seja, média inferior a três por freguesia. É preciso salientar que, em Pernambuco, não foi criada a Repartição Especial de Terras Públicas, ainda na década de 1850, como ocorreu na maioria das províncias do Sul e do Sudeste. Dessa forma, é possível que uma parte dos processos encaminhados à presidência da Província tenha sido arquivada em fundos documentais diversos ou que tenham sido extraviados. Isso porque, se no Rio Grande do Sul, foram encaminhados mais de dois mil processos, é pouco provável que, em Pernambuco, esse

número fosse inferior a 100. O baixo número de processos de legitimação, somado aos problemas com a ausência de informações nos registros paroquiais em torno da localização e da extensão das áreas, tornou praticamente impossível a demarcação das terras públicas em Pernambuco. Em 1868, tinham sido mensurados apenas 3.248 hectares de terras do Governo, na maioria dos casos, áreas dos aldeamentos extintos¹³. Somente, em 1875, foram iniciados os trabalhos de mapeamento das terras públicas e privadas, 15 anos após o encerramento dos registros paroquiais¹⁴.

As declarações paroquiais também não asseguraram a legitimidade pública sobre as áreas registradas. Os possuidores de terras ou aqueles “interessados” em se apropriarem de terras públicas ou alheias não precisavam apresentar documentos comprobatórios e nem mesmo testemunhas nos casos de posse¹⁵. Foi o que ocorreu com Antonio Marques de Holanda Cavalcanti que declarou o Engenho Mameluco nos registros paroquiais da Freguesia de Escada. Ele, contudo, não informou a localização exata da sua área, nem a sua extensão¹⁶. No processo de demarcação, encaminhado por Antonio Marques de Holanda Cavalcanti, a área apresentada era extensa¹⁷. A omissão das informações referentes à localização e à extensão era uma tática daqueles que estavam interessados em avançar as suas terras sobre os terrenos públicos ou, neste caso, sobre as áreas dos aldeamentos indígenas.

Os registros paroquiais de terras tiveram pouco efeito prático, naquele período, sobre a estrutura fundiária. Os processos judiciais de medições, embargos, esbulho e manutenção de posse nas três décadas seguintes aos registros paroquiais, no Rio Grande do Sul, não faziam referência a eles¹⁸. A afirmação de propriedade ou a comprovação de domínio ainda continuava baseada nos documentos de concessão e de transmissão ou nas declarações de testemunhas para a comprovação das posses¹⁹. Os registros de escrituras de compra e venda dos tabelionatos também não faziam referência aos registros paroquiais de terras, enquanto prova de posse sobre o imóvel negociado. Eles apenas aparecem nos processos de legitimações de terras como uma exigência burocrática do Regulamento de 1854. Essas ações tinham suas bases principais nos títulos de concessão, nos registros de transmissão, no argumento e no peso das testemunhas.

Além da ausência de exigências legais no ato da declaração, como a apresentação de documentos ou testemunhas, os próprios párocos e escrivães, que redigiam os registros na ausência dos vigários, eram de confiabilidade duvidosa. José

Murilo de Carvalho mostra os problemas da atuação dos padres que, muitas vezes, inseridos nos jogos de poder local, distorciam as informações registradas ou eram coniventes com elas²⁰. Os escrivães também tinham uma conduta cuja lisura não foi regra. Entretanto, não deixaram de corresponder à estrutura burocrática da época e suas informações, assim como as demais do período, exigem uma criteriosa “crítica interna”. Apesar disso, seus dados permitem uma comparação em torno de alguns pontos, entre a Serra do Rio Grande do Sul e a Zona da Mata de Pernambuco, em meados do século XIX. As suas próprias contradições oferecem elementos a uma análise da dinâmica de afirmação de propriedade nas regiões pesquisadas.

Nazaré e Taquari: entre a agricultura de exportação e as lavouras de alimentos

Rio Grande do Sul e Pernambuco tinham, no século XIX, as suas atividades rurais distribuídas de maneira bastante similar, guardadas as singularidades geográficas, climáticas e de ocupação. Em ambas se destacavam três regiões bem definidas quanto às suas economias. No Rio Grande do Sul, essas três divisões consistiam nas regiões da Serra, na qual se destacava a agricultura e a erva-mate; no Planalto e Missões, compostas de áreas de campos e florestas, destacavam-se a pecuária e a erva-mate e; na Campanha, formada especialmente por campos, nos quais predominava a pecuária. Da mesma forma, Pernambuco se dividia regionalmente, entre a Zona da Mata, de rica cobertura florestal e uma terra ocupada, essencialmente pela agricultura; o Agreste, dividido entre a agricultura e a pecuária; e o Sertão, a sua principal região pecuarista. Os municípios de Taquari e de Nazaré tinham suas atividades rurais baseadas, fundamentalmente, na agricultura. Taquari se dedicou à produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno. A colonização portuguesa teve início a partir da década de 1750, quando Taquari se destacou na produção de trigo, cultura desenvolvida até o primeiro quarteto do XIX. Nesse período, a lavoura tritícola permitiu a introdução de um grande número de escravos na cidade²¹. Na década de 1850, as correspondências da Câmara mostram que ocorreu uma importante diversificação da agricultura, quando se produziu principalmente, milho, feijão, mandioca, aguardente e outros derivados de cana, além da erva-mate, extraída junto às áreas florestais e exportada para os países platinos. Entre os produtos agrícolas, praticamente nenhum deles era destinado ao mercado internacional, como era o caso do açúcar produzido em Nazaré. A produção do açúcar era a atividade principal deste município da Zona da Mata pernambucana.

Contudo, levando-se em conta os debates da historiografia em torno da produção de alimentos para o abastecimento interno, é preciso analisar a agricultura da Zona da Mata considerando-se a diversificação da produção. Primeiramente, porém, discutiremos a agricultura na Província do Rio Grande do Sul.

É fato que a agricultura ocupou um espaço significativo na economia do Rio Grande do Sul, na segunda metade do século XIX. A atividade também representou uma alternativa à pecuária para os fazendeiros, embora fosse praticada, principalmente, nas áreas coloniais e nas pequenas e médias propriedades. A Província estava localizada longe dos principais mercados consumidores do Brasil na época. Assim, o transporte até esses centros encarecia os cereais das lavouras meridionais. No entanto, os agricultores da Serra e do Planalto encontraram espaço no comércio local e, até mesmo, no Platino. Se a venda de erva-mate crescia nos mercados do Prata, essa atividade era indissociável da negociação de outros produtos. Logo, seria pouco provável que a rota de “comércio da erva”, via rio Uruguai, estivesse restrita a um único produto. Dessa forma, acreditamos que uma parte da produção agrícola do Planalto tenha sido escoada para a República Oriental e Argentina. Em relação ao mercado interno da Província, os cereais produzidos no Planalto e na Serra tinham dois destinos principais: eram embarcados nas vilas próximas ao rio Jacuí e enviados a Porto Alegre e a Pelotas. A outra rota de comércio, a que seguiu os alimentos produzidos na Serra e no Planalto, foi para a região da fronteira do Rio Grande do Sul²².

Ainda em 1863, ocorreu uma abundante safra na Província, o que provocou uma queda no preço dos cereais produzidos nas colônias, conforme mostra o relatório do Barão de Ornano²³. As áreas de matas, mais próprias para a agricultura, estavam disponibilizadas, em sua quase totalidade, às lavouras de alimentos. Esse era o contexto do Município de Taquari na década de 1850, que tinha a maior parte do seu território localizado na Serra.

Taquari era um município de ocupação antiga. As povoações de Santo Amaro e de São José de Taquari foram fundadas na década de 1760, época da concessão das *datas* de terras de um quarto de légua quadrada (272 hectares) aos casais açorianos. Essa medida tinha a finalidade de ocupar a região, alvo de incursões castelhanas, por meio do estabelecimento de dois povoados e de um fortim militar²⁴. Já ao final do XVIII, foram concedidas *datas* de terras maiores (1.089 hectares) e sesmarias (13.068 hectares). Desse modo, ainda no início do século XIX, a estrutura fundiária próxima às

duas povoações da localidade já estava saturada. Já, na década de 1850, quando foram produzidos os registros paroquiais de terras, Taquari constituía uma região de ocupação antiga, em relação às demais freguesias da Província do Rio Grande do Sul, com uma estrutura fundiária e demográfica relativamente saturada, especialmente na serra próxima à vila, ao longo dos arroios Capivara e Santa Cruz²⁵.

O município abrangia, principalmente, áreas florestais, mas uma pequena faixa de campo estava localizada entre a vila de Taquari e o rio Jacuí. Ao norte das duas povoações, predominavam as terras de mata, com alguns campestres em seu interior, o que permitia a criação de pequenos rebanhos. A vegetação natural limitava a expansão da pecuária, mas oferecia recursos à diversificação das atividades rurais.

Além disso, o vale do Taquari foi a região que recebeu o maior número de imigrantes alemães e seus descendentes nas décadas de 1850 e 1860. Percebe-se, no entanto, que a colonização dessa região não teve maior atenção da historiografia sul-riograndense. Isso porque não foi instalada no município uma colônia de imigração oficial, com a dimensão dos demais núcleos criados pelo governo imperial e provincial no Rio Grande do Sul²⁶. Em Taquari, foi fundada a Colônia Monte Alverne, em 1859, entre os arroios, Castelhana e Sampaio Era uma área pequena, se comparada as demais colônias, isolada dos centros comerciais. Em 1869, a sua população era pouco mais de 300 habitantes²⁷. Esse fato se deve a que alguns dos imigrantes, instalados em Monte Alverne, abandonaram os seus lotes e migraram para a Colônia Santa Cruz ou para os novos núcleos imigrantes estabelecidos em Taquari. Por isso, neste município, as colônias particulares assumiram o papel de destaque no processo migratório.

Logo, no início da década de 1850, foi intensa a entrada de imigrantes e seus descendentes em Taquari. Várias fazendas dos membros da elite local e das companhias de colonização foram loteadas e comercializadas aos imigrantes. Nesse período, iniciou-se a colonização das fazendas Conventos, Estrela, Ubatuba, São Gabriel, Boa Vista, Mariante, dos Barros, entre outras áreas de dimensões menores. Essa colonização e outras mais, que surgiram na década de 1860 e também na década de 1870 e 1880, logo receberam destaque na Província. Os relatórios dos presidentes do Rio Grande do Sul chamavam atenção ao crescimento dessas colônias, especialmente, as de Estrela, Conventos e Teutônia. E os registros de transmissão de tabelionato mostram que, na década de 1860, fora aberto um grande número de linhas e picadas coloniais²⁸.

Portanto, o avanço da área colonial propiciou uma grande valorização das terras próximas aos primeiros núcleos. Logo, as Companhias de Colonização, os comerciantes e os próprios fazendeiros locais iniciaram a comercialização dessas terras aos imigrantes. Era um negócio lucrativo que acelerou a aquisição ou a apropriação de terras que proporcionassem a venda de lotes a imigrantes. É fato, por conseguinte, que a colonização atendeu aos interesses de uma parcela significativa da elite sul-rio-grandense.

Na Província do Rio Grande do Sul, não havia o interesse na formação de colônias de parcerias, a exemplo dos núcleos estabelecidos no Sudeste. As exportações sul-rio-grandenses estavam pautadas, principalmente, no charque, na erva-mate e em rebanhos muares e cavalares. Em 1854, o presidente João Lins Cansanção de Sinimbu chamou atenção ao fato de que a produção da Província não suportaria o sistema de parceria, uma vez que seus lucros eram reduzidos²⁹. Por isso, Sinimbu propugnava um sistema de pequenas propriedades. Além disso, a extração de erva-mate e a pecuária já contavam com a mão de obra dos homens livres e pobres da Província. O problema estava nas lavouras das áreas florestais cujos produtos também não viabilizariam o estabelecimento de colônias de parceria. A agricultura, baseada na mão de obra escrava, não prevaleceu na Província, apesar de existirem algumas lavouras de cana-de-açúcar, milho, feijão e trigo, baseadas no trabalho cativo³⁰. A mão de obra livre nacional encontrou, nas terras devolutas, uma alternativa ao trabalho em regime de parceria.

As terras florestais ocupavam, no Rio Grande do Sul, uma posição inversa à assumida em Pernambuco. Nesta Província, as áreas de mata eram as mais privilegiadas e valorizadas para a lavoura exportadora, enquanto que, na Província Meridional (RS), a principal atividade de exportação, a pecuária, privilegiava as áreas de campo. Uma conjuntura que sofreu mudanças no período posterior ao da Farroupilha (1835-1845), em função da valorização da erva-mate no mercado platino³¹, mas que, ainda assim, não tornou as áreas de matas mais importantes à elite sul-rio-grandense do que as de campos. Dessa forma, a colonização das áreas florestais não criaria concorrentes ao latifúndio pecuarista e nem englobaria as áreas de interesse dos criadores. A imigração assumiu, em termos econômicos, um caráter complementar à produção tradicional da Província do Rio Grande do Sul.

A criação de colônias de imigrantes para o fornecimento de mão de obra também não esteve no centro das atenções dos fazendeiros da Zona da Mata de Pernambuco. Por

um lado, não ocorreu a escassez de mão de obra para as lavouras canavieiras, nem àquelas de alimentos, pois a estrutura fundiária mais antiga permitiu a formação de um vasto grupo que não tinha acesso à terra ou de pequenos proprietários, que precisavam vender a sua mão de obra como uma fonte de complementação de renda. Além disso, as secas também provocavam um grande afluxo de pessoas à Zona da Mata. Por outro, a lucratividade do açúcar não permitiria a introdução das colônias de parcerias, a exemplo do que o político alagoano, João Lins Cansanção de Sinimbú, constatou no Rio Grande do Sul. Sinimbú ocupou a presidência da Província de Alagoas em 1840 e a da Bahia entre 1856 e 1858, mas, nas duas unidades do Império, não defendeu a criação de colônias de parceria, como mostram os seus relatórios. Na presidência da Bahia, Cansanção de Sinimbú encaminhou a criação da Colônia Salto do Rio Pardo, no Município de Canavieiras, com a população “já existente” no local e, principalmente, para abrigar as pessoas que se refugiavam da seca³². Processo similar ocorreu na Zona da Mata de Pernambuco.

Além de os senhores de engenho de Pernambuco contarem com muita mão de obra livre, disponível para o trabalho nos engenhos, a população que migrava durante as secas do Agreste e, em especial do Sertão, formava excedentes populacionais que preocupavam os presidentes de província. Nisso, destacam-se as secas entre 1877 e 1879. Nesse período, foram criadas as colônias Socorro, na Zona da Mata e a Riacho do Matto, esta no Agreste, com 1.100 famílias, para a fixação de retirantes. Em 1878, em torno de 60 mil pessoas afluíram para a capital pernambucana e seus arredores³³. Como a questão era de “braços” e não de alimentos, isso exigia a introdução de colônias de imigrantes para o abastecimento local. A agricultura de alimentos ainda foi pouco pesquisada no Pernambuco oitocentista. No entanto, a historiografia brasileira tem mostrado que as lavouras voltadas à exportação se desenvolveram ao lado daquelas que praticavam a policultura.

Na obra de Gilberto Freyre, consagrou-se a visão de que as regiões litorâneas do Nordeste Brasileiro estavam assentadas na tríade *latifúndio*, *escravidão* e *monocultura*, entre os meados do XVI e o final do XIX³⁴, e a isso Maria Yedda Linhares chamou de *visão plantacionista*, dedicada apenas à *plantation*. Assim, atividades desenvolvidas em torno da agricultura de alimentos ganharam destaque na historiografia brasileira com os trabalhos de Maria Yedda Linhares³⁵. A Professora Linhares destacou o papel da agricultura de subsistência no período colonial e no Brasil Império. A atividade teve o

papel de garantir a subsistência familiar e atender às crescentes necessidades dos núcleos urbanos em expansão, e também de suprir as frotas de navios que se dirigiam ao Sul da América e também à África. Linhares mostra que seria errôneo pensar que o Brasil *viveu de açúcar, nada mais do que açúcar, nos primeiros séculos, e, depois, no século XIX, até a ruptura de 1930, de um segundo “produto rei”, o café*³⁶. Linhares chamou atenção para a importância das lavouras de alimentos e das pequenas criações, para consumo local, próximas dos centros urbanos. Nesse sentido, Hebe Mattos mostrou a importância e a diversidade fundiária das lavouras de alimentos em Capivari, na Província do Rio de Janeiro³⁷, e Kátia Matoso revelou a mesma questão no Recôncavo Baiano³⁸. A respeito da pecuária, Maria Yedda Linhares também chamou a atenção de sua importância no processo de expansão da colonização portuguesa sobre o interior do Brasil. Ainda na primeira metade do século XVIII, a América Portuguesa contava com vastos rebanhos vacuns: 500 mil cabeças em Minas Gerais, 800 mil na Bahia, 60 mil em Pernambuco (incluindo o Piauí) e, em torno de um milhão e meio ao sul de São Paulo³⁹. Entre os gêneros agrícolas, Maria Yedda Linhares destacou a mandioca, que predominou na dieta dos indígenas e logo foi adotada pelos colonizadores, prevalecendo até mesmo no século XX. Linhares destacou a produção da mandioca na Bahia e apontou a necessidade de novos estudos sobre o abastecimento no Nordeste⁴⁰.

Já a produção do açúcar ganhou amplo espaço na historiografia, assim como nos demais campos das ciências sociais e acabou encobrindo toda uma estrutura produtiva em torno dos “alimentos de subsistência”. Contudo, não podemos pensar a subsistência divorciada de um comércio local, pois o sucesso do abastecimento das unidades produtivas exigia a produção do excedente e as frequentes secas, enchentes ou pragas, nas lavouras, não ofereciam margem ao cálculo “exato” da extensão das lavouras de alimentos. Era preciso cultivar extensões maiores do que as necessárias ao fornecimento de alimentos em condições climáticas normais e sem a ocorrência de epifitias, de modo que, em anos de *sinistros* ou de baixa produção, o abastecimento da unidade produtiva ou familiar não fosse prejudicado. Em anos de carestia, os preços dos alimentos subiriam e prejudicariam o equilíbrio das finanças daqueles agricultores ou dos senhores de engenhos que não contassem com uma colheita de gêneros que possibilitasse o abastecimento de sua unidade produtiva. Era uma economia que dependia da produção de um excedente. Além disso, a baixa lucratividade dos engenhos (geralmente inferior a 10%)⁴¹ não permitiria a compra de alimentos no comércio em momentos de baixa nos

preços do açúcar, logo a produção de alimentos no engenho fazia parte de uma racionalidade da época, de se economizar com a produção própria de alimentos, e também garantir uma fonte de recursos alternativa com a comercialização do seu excedente. Dessa forma, é pouco provável que as lavouras canavieiras tenham prevalecido sozinhas sobre as terras dos engenhos. A falta de relatos sobre as lavouras voltadas ao abastecimento também ocorreu em função do prestígio que a produção açucareira conferia aos senhores de engenho.

Mariza de Carvalho Soares, ao analisar as obras de Frans Post sobre o período do domínio holandês em Pernambuco, mostrou que a cultura da cana e da mandioca, muitas vezes, coexistiu na mesma propriedade, no século XVII. Segundo Soares, a sociedade colonial deu maior visibilidade ao açúcar, de ampla aceitação no mercado europeu, em detrimento da farinha, o que fazia com que os homens de maior distinção social e política não quisessem ser associados a um produto “nativo”. Essa seria a razão que teria feito com que os quadros de Frans Post retratando os engenhos de cana tenham ficado famosos, enquanto sua obra sobre o engenho de fazer farinha não encontrou comprador e caiu no esquecimento⁴². As obras de Post, somadas a outras fontes do período, mostram, segundo Mariza Soares, a “degradação” da farinha de mandioca naquela sociedade, o que provocou a sua invisibilidade no período colonial. Podemos afirmar que essa invisibilidade também se estendeu ao século XIX.

A obra de Peter Eisenberg, sobre a modernização na produção açucareira em Pernambuco, oferece indícios que nos permitem discutir o “predomínio absoluto” da cana na Zona da Mata⁴³. Segundo Eisenberg, na década de 1850, os agricultores da Zona da Mata, em Pernambuco, teriam 20% das suas terras utilizadas no cultivo da cana. E os outros 80%, estariam ociosos? Nesse período, em Jaboatão, cada engenho colhia anualmente, em média, apenas 31,5 hectares de cana. Mas, pelo que vimos nos registros paroquiais da Freguesia de Nazaré, as propriedades dos engenhos eram bem maiores do que a área dos 31 hectares, logo grande parte das terras dos engenhos estariam disponíveis a outras culturas, ainda que parte delas estivesse em “alqueive” (descanso) e outras ainda cobertas pela vegetação florestal. O autor aponta que, entre os motivos da extensão relativamente limitada das lavouras canavieiras, estavam a precariedade do transporte da cana até os engenhos e o reduzido espaço de tempo entre a colheita e a moagem⁴⁴. Outro seria que o serviço nas lavouras canavieiras era “altamente trabalho intensivo”, sendo o arado utilizado somente em algumas áreas de

várzea, e o cultivo era feito a partir do uso da enxada. Os terrenos de montanha e de colinas eram ainda mais difíceis de serem trabalhados e, portanto, demandavam uma mão de obra ainda maior⁴⁵. Dessa forma, as lavouras de cana-de-açúcar não abrangiam toda a extensão das terras dos engenhos. Segundo Peter Eisenberg, a terra também era usada como reserva para a população livre, para pequenas lavouras de subsistência, para os pastos dos animais de tração e para o arrendamento. Peter Eisenberg nos oferece indícios para uma análise da estrutura produtiva da Zona da Mata de Pernambuco, alternativa à *visão plantacionista*, apesar disso, ele a ratifica ao afirmar que os alimentos vinham de outras regiões, fora de Pernambuco. Chegou a defender que, antes do advento da ferrovia, os cereais eram importados de Portugal e as carnes, neste caso o charque, seria adquirido no Rio Grande do Sul e na Argentina⁴⁶. Isso quando, no sertão pernambucano, a dedicação era quase, exclusivamente à pecuária.

A produção açucareira da Zona da Mata, em meados do XIX, não pode ser analisada sem se levar em conta as lavouras de alimentos que ocuparam um importante espaço na região. Mas, a produção de alimentos voltados ao abastecimento interno também não pode ser analisada isoladamente sem se considerar a sua complementaridade com a lavoura açucareira. Bert Jude Barickman, ao estudar a Bahia entre as décadas de 1780 e 1860, construiu uma análise, integrando os setores voltados à exportação e os voltados ao mercado interno nessa Província.

Bert Barickman mostrou que a *plantation* e as outras formas de agricultura, com o poderoso mercado local, permitiram a expansão da economia de exportação na Bahia. Logo, a expansão da economia de exportação permitiu, até mesmo exigiu, o crescimento do mercado interno. Os agricultores, ao se adaptarem às condições do mercado local e às condições específicas do clima, solo e doenças nas plantações, recriaram uma “paisagem econômica e social complexa na Bahia”. Nesse aspecto, Barickman demonstrou que a diversificação das atividades foi fundamental à ampliação da agricultura de exportação, caso da cultura do fumo. A própria ampliação da produção de farinha de mandioca esteve relacionada à expansão da lavoura açucareira. A produção de fumo na Bahia comprova que havia alternativas à *plantation*, mesmo com a utilização de mão de obra escrava⁴⁷. Dessa forma, novas pesquisas são necessárias sobre Pernambuco, para se mostrar que a cana-de-açúcar não predominou isoladamente, na Zona da Mata, a exemplo do caso baiano.

Os trabalhos sobre as províncias vizinhas, Paraíba e Alagoas, também reforçam a nossa hipótese sobre Zona da Mata em Pernambuco. Carmelo do Nascimento Filho mostrou a diversificação econômica e social na Zona da Mata Paraibana, desde o século XVIII, apresentando um vasto universo social que não se restringia ao binômio senhor/escravo. Nascimento Filho também relatou que o algodão assumiu um papel relevante na economia da Província, chegando a suplantar o açúcar no valor da exportação em alguns anos, especialmente, durante a Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861-1865)⁴⁸. Juliana Alves de Andrade mostra a diversidade social e econômica das regiões da Mata e do Agreste alagoano. Essa autora analisou a economia familiar no vale do Paraíba do Meio, a partir da dinâmica do mercado interno da Província de Alagoas e das próprias estratégias de sobrevivência do grupo. Andrade demonstrou a expansão da fronteira fundiária, no vale do Paraíba do Meio, através da ação de pequenos posseiros⁴⁹.

O relatório do Presidente da Província de Pernambuco, Manoel Felizardo de Souza e Mello, em 1859, analisou o “estado da agricultura” nos municípios desta unidade do Império. Nossa Senhora da Conceição de Nazaré aparece como um dos maiores exportadores de açúcar de Pernambuco, tendo produzido, aproximadamente, 600 mil arrobas, em 1858, em seus 142 engenhos. O Presidente Souza e Mello afirmou que a “indústria do açúcar” não apresentava um quadro satisfatório em relação à fertilidade do solo e aos capitais investidos na sua produção, o que era um problema em toda a Província. Segundo ele, esses eram a falta de conhecimentos profissionais, de instrumentos agrários modernos e da própria falta de conhecimentos em torno de processos que aumentassem a produção com o emprego de uma mão de obra menor. Souza e Mello apontou problemas no sistema de roteamento da terra, o que permitiria melhores resultados na produção de cana e também no seu beneficiamento, no qual havia um grande desperdício de lenha e isso diminuiria, consideravelmente, as reservas florestais do município, comprometendo a própria expansão da atividade, além de dificultar a construção de engenhos e casas. O Presidente da Província Manoel Felizardo de Souza e Mello apontou três medidas que poderiam mudar esse quadro: a concessão de isenção e prêmios aos agricultores que melhorassem a cultura da cana e de outros gêneros por meio da introdução de máquinas e instrumentos agrários; os técnicos nacionais que se especializassem nos “países civilizados,” bem como os técnicos estrangeiros; e a concessão aos que realizassem o suprimento de braços por meio da

colonização com elementos estrangeiros, acostumados ao trabalho por meio da utilização de técnicas mais avançadas⁵⁰. Tanto nos relatórios de presidentes de província no Rio Grande do Sul e em Pernambuco, percebe-se que os problemas, na agricultura, eram vistos a partir da ausência de máquinas, técnicas e fertilizantes utilizados nas lavouras europeias. A agricultura do velho mundo representava o moderno e o racional, mas ignoravam os presidentes de província, bem como alguns autores de “catecismos agrícolas”, que as especificidades da agricultura brasileira não permitiam a introdução daquelas práticas. Os lucros obtidos com as lavouras não possibilitariam a aquisição de adubos químicos, e as máquinas “modernas” dificilmente poderiam ser utilizadas entre os troncos de árvores presentes nas lavouras, bem como não permitiriam a colheita da cana e da mandioca. Eram realidades diferentes. Então a falta de inovação poderia ser um cálculo extremamente “racional” na época, quando era mais barato rotear novas áreas do que recuperar as primeiras já exauridas pela monocultura.

O relatório do Presidente Manoel Felizardo de Souza e Mello também apontou para a produção de alimentos no município de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré. Segundo ele, a estatística de 1857 mostrara que a produção dos 142 engenhos, nos últimos três anos, fora de 1:147:360\$000rs⁵¹. Enquanto isso, a importância atribuída aos demais produtos agrícolas: feijão, farinha de mandioca, milho, arroz, semente de carrapateira (mamona), entre outros, correspondeu a 75:172\$000rs. Os recursos obtidos com a venda de alimentos somariam 6,55% do total obtido com a comercialização do açúcar e derivados. Mas é preciso relacionar esses dados à dinâmica da agricultura de “subsistência” e à circunstância em que tais dados foram publicados.

As informações expressas nos relatórios de presidentes de província, geralmente, canalizavam sua atenção para as produções destinadas à exportação e também expressavam os projetos políticos em torno dos quais os chefes de executivo trabalhavam. É o caso da modernização da agricultura, em que a lavoura de alimentos não aparece relacionada. Os relatórios dos chefes, em Pernambuco, no período de 1850 a 1880, apenas falam do “fracasso” dos outros “ramos da agricultura”. Isso nem sempre retratava a real situação dessas atividades. Os relatórios da Província do Rio Grande do Sul, nesse mesmo período, revelam que os seus presidentes tinham por prática apresentarem uma situação difícil em torno das atividades agrícolas locais como uma forma de angariarem recursos para as localidades e também para defenderem a imigração como uma “salvação da agricultura nacional”. Isso constituía, inclusive, uma

estratégia eleitoral, pois os relatórios e falas deveriam expressar a preocupação do presidente com as localidades ou grupo social que o poderiam eleger, futuramente, para deputado geral ou senador⁵². Em Taquari, os relatórios mostram colheitas pequenas nas décadas de 1850, além do progressivo empobrecimento dos seus agricultores. No entanto, as memórias locais, os próprios inventários *post-mortem* e a correspondência da Câmara Municipal mostram safras abundantes na década de 1850 e no decênio seguinte. Dessa forma, as informações dos relatórios de presidentes de província em relação às produções agrícolas destinadas ao mercado interno e a regiões mais “pobres” precisam ser analisadas com cautela. No caso de Pernambuco, em que o açúcar era a “menina dos olhos” do Governo Provincial, não é de se estranhar que a produção de alimentos fosse relegada a segundo plano, pois a minimização de sua importância tinha finalidades políticas de defesa de novos investimentos para o estímulo aos proprietários que a elas se dedicavam. Por outro, essa produção era difícil de ser mapeada.

José Murilo de Carvalho mostrou que os produtores voltados ao abastecimento interno foram os principais beneficiados pela estrutura de cobrança dos tributos do Império. O imposto territorial não foi adotado por ser difícil de aplicar e pelo impacto político que provocaria.⁵³ Nesse mesmo sentido, não foram cobradas taxas pelo Governo Imperial aos alimentos comercializados no mercado interno, pois estas seriam muito difíceis de serem aplicadas pela falta de estrutura fiscal do Estado e pela própria dinâmica de comercialização dos alimentos. Esse fato também foi responsável pela carência de dados em torno dessas produções. Os produtos de exportação eram muito mais fáceis de serem tributados, uma vez que a sua comercialização era centralizada em alguns poucos portos, o que dificultava a sonegação. O açúcar seria taxado no porto do Recife, onde era registrada a sua procedência, o que facilitava o mapeamento da produção de cada município. O contexto apresentado mostra que o volume de alimentos produzidos seria muito difícil de ser mapeado, uma vez que não eram cobrados sobre eles os impostos mais diretos do Governo Imperial. Além disso, em Nazaré, os alimentos comercializados eram apenas os excedentes, pois se tratava de um município densamente povoado, para os padrões pernambucanos da década de 1850. Logo, sua produção precisava ser extensa para atender às exigências locais. Todavia, a farinha de mandioca, o feijão, o milho e arroz eram vendidos pelos seus produtores nas casas de comércio mais próximas e, desses estabelecimentos, eles eram repassados aos “viajantes”, aos tropeiros que se deslocavam ao Agreste e ao Sertão, ou mesmo,

repassados a outros negociantes dos municípios vizinhos, o que tornava essa produção invisível à contabilidade provincial. A produção de alimentos para o mercado interno era difícil de ser mapeada, mas o volume produzido, no final da década de 1850, em Nazaré, foi superior aos 75 contos apresentados no relatório do Presidente Manoel Felizardo de Souza e Mello, já que os seus números não abarcam as vendas realizadas em um mercado predominantemente informal e nem o volume de alimentos destinado ao consumo local. Também é importante frisar que nem a cana teve “predomínio absoluto” na Zona da Mata, nem tampouco se restringiu a ela, pois esta foi uma atividade importante no Agreste, e que era destinada, principalmente, para a produção de aguardente e rapadura. Os registros paroquiais de terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré apontam para uma importante diversificação das atividades agrícolas na localidade.

Entre os registros, predominaram as declarações de “partes nos engenhos”, que eram resultado de uma estrutura fundiária diversificada pelas várias sucessões ocorridas nas propriedades. Nelas, os declarantes procuravam sempre relacionar o seu registro aos engenhos de beneficiamento da cana. Em alguns deles, também foram inscritas as benfeitorias para a produção de farinha de mandioca. Em boa parte delas, ocorreu o registro de “partes,” em determinada propriedade, sem a indicação da existência de engenhos. No entanto, em algumas declarações foram citadas apenas as casas de fazer farinha (atafonas) e as prensas para o algodão, como principais benfeitorias. Esse foi o caso de José Correia de Oliveira Andrade, que declarou sete partes no Engenho Paraíso. A primeira parte registrada tinha o valor de sete contos de réis e a segunda, de três contos de réis. A terceira parte, adquirida de Joaquim Angelo de Lira, no valor de 2:100\$000rs, era conhecida pelo nome de Areia da Jussara. José Correia de Oliveira Andrade declarou possuir nessa *uma casa de vivenda, a senzalla, casa de farinha com aviamentos, prensa de algodão e estrebaria*⁵⁴. Em nenhuma das sete partes declaradas, que juntas somavam mais de 17 contos de réis, sendo uma das áreas mais valorizadas das declarações paroquiais de Nazaré, aparece o registro de benfeitorias ligadas à produção de açúcar, nem mesmo na posse de parte das benfeitorias do Engenho Paraíso. Outros declarantes de áreas, com extensões consideráveis, também registraram apenas benfeitorias ligadas à farinha de mandioca, ao algodão e aos cuidados do gado (as estrebarias), como o fez Joaquim José Alves Vasconcellos⁵⁵. Esse fato confirma a importância do algodão para a Província de Pernambuco nesse período⁵⁶. Contudo, a

farinha de mandioca aparece nos registros como a principal alternativa ao açúcar. A maioria dos registros, que citam as benfeitorias destas outras atividades, dizem respeito a “casas de fazer farinha”, as quais, no Rio Grande do Sul, são denominadas de “atafonas”. Esse foi o caso de Lino José Mendes, que declarou a propriedade Balanço do Estreito de São Vicente, em que possuía casa de residência, senzalas e casa de fazer farinha⁵⁷.

Em Nazaré, predominava a cana-de-açúcar, mas as lavouras de farinha de mandioca, feijão, milho e arroz, além de assegurarem o consumo local, ainda permitiam a venda de alimentos a outros municípios e regiões. Já em Taquari, município voltado essencialmente à produção de alimentos ao mercado interno, a agricultura estava em franca expansão, em função do crescimento das colônias de imigração e das lavouras dos posseiros e agregados dos fazendeiros. Essa conjuntura se refletia na estrutura fundiária de Taquari.

A estrutura fundiária em Taquari

Os registros paroquiais de terras de Taquari mostram a predominância das pequenas propriedades. Apesar de, praticamente, metade das declarações não revelar a extensão das propriedades, os dados apresentados mostram que mais de 80% das áreas eram inferiores a 500 hectares. Os sítios e chácaras, que mediam até 100 hectares, correspondem a 68,3% das áreas declaradas. Mesmo entre aqueles registros que não mencionam a dimensão das terras, é grande o número de propriedades próximas à vila cujo tamanho, provavelmente, seguiu o mesmo padrão desses primeiros. Por outro lado, apenas 11,17% dos declarantes registraram áreas superiores a mil hectares. Chama atenção nesse grupo que 9,15% se referem a terrenos que mediam entre mil e cinco mil hectares, sendo que a grande maioria delas era proveniente das concessões de datas de terras (1.089 hectares) ao longo da década de 1810. Nota-se que as fazendas de criação, próximas ao Jacuí, também estavam bastante fracionadas. Ainda sete declarações registraram entre cinco mil e dez mil hectares, mas apenas duas referem-se a áreas superiores a dez mil hectares. Essas áreas maiores se encontravam ao norte do vale do Taquari e foram adquiridas por colonizadores. Esses números, que mostram a predominância da pequena propriedade em Taquari, também expressam a estrutura fundiária da região da Serra do Rio Grande do Sul. Nas demais regiões da Província, a concentração fundiária era maior, em função da ocupação mais tardia em relação a

Taquari e também pelas especificidades da ocupação das áreas de campo no final do século XVIII e início do XIX, que permitiram uma maior concentração fundiária⁵⁸.

A paisagem rural de Taquari passava por rápidas transformações. À época, a imigração alemã se expandia em direção ao município. Companhias de colonização e homens de negócios estavam adquirindo fazendas para a fundação de colônias particulares de imigração. Entre eles, destacavam-se a Schilling e Cia, André Oliveira Bello e Antonio Fialho de Vargas. Este último declarou mais de 15 mil hectares de terras no Alto Taquari, a maior extensão dos registros paroquiais. Sua propriedade era uma verdadeira “colcha de retalhos”, uma vez que o colonizador adquiriu várias concessões e heranças, com o objetivo de criar colônias particulares de imigração. Os registros paroquiais também mostram outra face dessa dinâmica: a migração isolada. Assim, aparecem nos registros diversos imigrantes e seus descendentes, que estavam se deslocando das antigas colônias (nos vales dos rios Sinos e Caí) para Taquari.

Tabela 01- Estrutura fundiária de Taquari⁵⁹

Extensão	Número de declarantes	Percentual de declarantes	Percentual da extensão declarada
01-50 há	247	27,38%	55,13%
51-100 há	59	6,54%	13,17%
101-500 há	65	7,21%	14,50%
501-1.000 há	27	2,99%	6,03%
1.001-5.000 há	41	4,55%	9,15%
5.001-10.000 há	07	0,78%	1,57%
Mais de 10.000 ha	02	0,22%	0,45%
Não informaram	454	50,33%	--
Total	902	100%	100%

Fonte: Registros paroquiais de terras das freguesias de Santo Amaro e de Taquari. APERS.

Os dados referentes à forma de apropriação da terra em Taquari chamam atenção pelo grande número registros que não declararam essa informação. Entre aqueles que não mencionaram a forma de acesso às suas áreas estão os concessionários cujos títulos haviam “caído em comisso”, ou seja, eram as concessões de datas de terras do final do século XVIII e início do XIX, que não foram demarcadas nem ocupadas pelos seus donos. Foram áreas, especialmente no Alto Taquari, destinadas à colonização, quando existia uma negociação entre a Câmara de Taquari e a Presidência da Província para a criação de um núcleo de imigração no município. Alguns desses títulos foram adquiridos, posteriormente, pela Schilling & Cia.

A estrutura fundiária de Taquari passava por profundas transformações, na década de 1850, em função da expansão das colônias de imigrantes europeus na região serrana do Rio Grande do Sul. Esse município, de ocupação antiga, possuía uma estrutura de acesso à terra saturada na década de 1850, mas ainda apresentava uma fronteira de ocupação aberta nas terras florestais da Serra Geral. Essas áreas foram rapidamente apropriadas, entre 1850 e 1880, principalmente por colonizadores particulares interessados na comercialização de lotes aos imigrantes. Processo esse que gerou muitas disputas.

A estrutura fundiária na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré

A estrutura fundiária de Nazaré revela um contexto de ocupação antiga, expresso no fracionamento das suas propriedades, o que levou à formação de uma paisagem rural, baseada fundamentalmente, na pequena e na média propriedade, a maior parte delas inferior a 500 hectares. Os dados dos registros paroquiais do município são ricos em informações a respeito da sua dinâmica social e econômica, porém o percentual de registros que apresentaram a extensão da propriedade foi bem menor do que em Taquari. No total foram efetuados 584 registros, sendo que desses, 500 estavam legíveis para a catalogação e, dentre eles, 127 citaram as dimensões das propriedades declaradas, 25,4% do total. Muitas declarações eram imprecisas, na medida em que registravam apenas as frentes das áreas e não faziam referência aos fundos dos terrenos, o que não permite calcular a sua dimensão. Entretanto, pelas extensões expressas nas suas “testadas”, percebemos que se tratavam, em sua grande maioria, de propriedades pequenas⁶⁰.

Tabela 02- Estrutura fundiária da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré

Extensão	Número de declarantes	Percentual de declarantes	Área declarada	Percentual da extensão declarada
01-30 ha	63	12,6%	860 há	6,66%
31-50 ha	11	2,2%	451 há	3,49%
51-100 ha	12	2,4%	884 há	6,84%
101-500 ha	37	7,4%	7.332 há	56,78%

501-1.000 ha	04	0,8%	3.388 há	26,23%
Mais de 1.000 há	--	--	--	--
Não informaram	373	74,6%	--	--
Total	500 ⁶¹	100%	12.915 há	100%

Fonte: Registros paroquiais de terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré. APEJE.

Os dados dos registros que apresentaram a extensão das propriedades chamam atenção por a sua dimensão reduzida. Dentre as 127 declarações que registraram o tamanho das suas áreas, 63 delas referiam-se a propriedades com áreas iguais ou inferiores a 30 hectares. Assim, embora seus sítios, juntos, somassem apenas 6,66% da extensão revelada nos registros paroquiais de Nazaré, eles mostram o predomínio da pequena propriedade. Para tanto, leva-se em conta que 11 pessoas declararam suas terras na faixa de extensão entre 30 e 50 hectares e mais 12 matricularam suas áreas entre 51 e 100 hectares, totalizando, portanto, 86 declarações, entre as 127, que estão enquadradas entre as pequenas propriedades, ou seja, 68% do total. 37 declarações diziam respeito a áreas que estavam na faixa dos 101 a 500 hectares, e outras quatro, na faixa entre 501 a 1.000 hectares, ou seja, 32% dos registros se enquadravam em propriedades médias. Adotamos as últimas duas faixas, enquanto propriedades médias, a partir da denominação de Manuel Correia de Andrade⁶².

Esses números são bastante diferentes daqueles de Taquari, na Serra do Rio Grande do Sul. Nesta Província, as médias propriedades eram consideradas aquelas que estavam acima dos 500 hectares, e uma parte significativa das propriedades ultrapassaram os 1.000 hectares. Um contexto diferente, em função da ocupação mais tardia da Província Meridional. Nesse sentido, destaca-se o fato de que, em Nazaré, entre os registros que declararam a extensão das suas áreas, nenhum deles se referiu a áreas maiores do que 1.000 hectares⁶³. As sucessões, ao longo do período colonial e imperial, fracionaram as grandes propriedades. Por outro lado, isso ocorreu, quando a prática do morgadio, extinto no Brasil em 1835, não obteve maior abrangência em Pernambuco⁶⁴. Segundo o quadro apresentado por Márcia Motta, foram instituídos apenas cinco morgados em Pernambuco. Dois na vila do Recife: no Engenho Araripe, de Francisco Xavier Carneiro da Cunha, em 1749 e outro fundado pelo Coronel Manuel de Correia de Araujo, em 1762; um terceiro, criado por Jeronimo de Albuquerque em 1584, do qual não se obteve a localização, e outros dois no Cabo de Santo Agostinho,

instituídos por João Pais Barreto; que eram o Morgado Nossa Senhora da Madre de Deus de 1580 e o de São João da Jurissaca, doado a sua filha Catarina em 1614⁶⁵. Apesar da instituição de dois morgados no Cabo de Santo Agostinho, o que certamente influenciou na preservação do latifúndio neste município, isso não teve maior impacto na região da Zona da Mata Norte de Pernambuco. Essa mesma estrutura de ocupação antiga também levou à ocupação de todo o território de Nazaré, na medida em que nenhum registro indicou a presença de terras devolutas no município. O mesmo aconteceu com a posse: ocupação primária sobre as áreas devolutas.

Somente uma declaração citou a posse como forma de acesso à terra. José Martins de Oliveira declarou duas áreas de terras nos registros paroquiais de Nazaré. A primeira dizia respeito a uma herança recebida de seu pai, na parte que ele possuía na propriedade A lagoa do Pau. A outra área se referia a uma posse em que o declarante estabeleceu a sua moradia, casa de fazer farinha e estrebarias, além de um pomar, o que atestaria a antiguidade da sua ocupação primária⁶⁶. Alguns proprietários preocuparam-se em declarar as “sobras” presentes em suas propriedades, ou seja, aqueles terrenos que estavam sob o seu domínio, mas que não eram englobados pelos seus títulos.

José Vieira de Mello declarou três partes na propriedade Alagoa de Vicência, em sociedade com o seu irmão, João Vieira de Mello, obtidas por meio de compra a Maria Tereza da Cunha. A área media, aproximadamente, 38 hectares e José Vieira de Mello declarou ainda mais uma pequena área no valor de 100\$000rs, que correspondia à “sobra” da mesma propriedade⁶⁷. Ele procurou descrever a localização e a divisão da mesma “sobra”. Tal preocupação mostra as disputas em torno das terras, sempre que era preciso registrar as pequenas extensões, não abrangidas pelos documentos. Os registros da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré também revelam uma maior atenção dos proprietários locais em relação ao Regulamento de 1854. Vários registros procuram mostrar a “adequação” das suas propriedades aos “rigores” do decreto que regulamentou a Lei de terras de 1850. Foi o caso do proprietário Manuel Oliveira Correia, que declarou uma parte cujo valor era do Engenho Ribeiro Grande, adquirido, em 1842, de Manuel Ignacio Correia:

“visto que é no todo do dito Engenho, dando a assim mesmo ao Registro, por lhe permitirem o artigo cem e o aviso de 17 de Janeiro de 1855 do Regulamento citado, acrescentando mais ter o Apresentante em dita parte casa, e nesta situação ter feito a sua residência d’este que dita parte possui, a qual é preenchida no número das que estão em

comum, mas, não em comunhão o seu usufructo e trabalho, pelo que entende ser ele o encarregado para registrar-a, como se colige do mesmo Regulamento, nos Avisos de 18 de Agosto e 23 de Setembro da mesma data do Regulamento, e para prova de que as declarações por ele feitas em ditos exemplares, estão de acordo com o título que tem em seu poder, o poderá mostrar quando necessário fôr (...)⁶⁸

A preocupação em afirmar que a área não era de uso comum e que ele estaria ocupando a sua parte, na qual tinha edificado a casa de residência, era na verdade o receio de que outro coproprietário viesse, futuramente, requerer a parcela em questão. Sabe-se que as sucessivas partilhas das terras, principalmente por meio dos inventários, fracionaram as propriedades dos engenhos. A Lei de Terras abriu caminho para a legitimação das propriedades, por meio dos processos de legitimação, o que poderia romper com os antigos “acordos” de uso das terras dos engenhos com o acesso às benfeitorias para o beneficiamento da cana-de-açúcar. Os títulos de propriedade, assegurados na Lei, dissolveriam os antigos vínculos familiares que permitiam a manutenção do engenho enquanto uma unidade produtiva e ameaçavam também o domínio dos pequenos lavradores sobre os seus sítios⁶⁹, os quais faziam parte dos engenhos. Em muitos casos, havia três gerações de herdeiros em um único engenho. Por isso, o expressivo número de declarantes que registraram extensões inferiores a 30 hectares mostra a preocupação dos pequenos em assegurar a afirmação de propriedade sobre suas pequenas áreas. O dado que mais chamou atenção nos registros paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré foi o fracionamento das propriedades dos engenhos.

A estrutura produtiva dos engenhos foi preservada nas mãos das famílias dos seus fundadores e isso permitia, em boa parte dos casos, o acesso dos vários herdeiros, ou proprietários das parcelas das mesmas unidades produtivas, ao uso das instalações para a produção do açúcar. Então, sob a denominação *engenho*, em Nazaré, temos na verdade uma unidade produtiva que, na maioria dos casos, estava nas mãos de várias pessoas. Mesmo que a maioria dos registros paroquiais de terras não apresentasse a extensão da propriedade, seus dados não permitem vislumbrar “grandes latifúndios”. No meu caso, sendo um historiador que tinha toda a pesquisa direcionada ao Sul do Brasil e que procurava encontrar, na Zona da Mata Norte de Pernambuco, nos exemplos da *plantation*, a visão consolidada na historiografia, mas a documentação apontou em outra direção. Na verdade, encontramos, sob a denominação *engenho*, várias propriedades formando uma única unidade produtiva, em uma tentativa de viabilizar a produção do

açúcar aos pequenos produtores de uma mesma família ou integrados a elas por meio de redes de relações.

Nesse viés, os registros paroquiais de terras são fontes importantes para o mapeamento dos proprietários dos engenhos, mas não permitem um retrato fiel desse quadro, uma vez que nem todos declararam suas terras. Isso também em função do próprio número de registros ilegíveis. Ainda assim, seus dados nos mostram o fracionamento dessas unidades produtivas. As terras do Engenho Trigueiro foram declaradas por 23 pessoas, ou seja, pelo menos 23 núcleos familiares controlavam uma única unidade produtiva. E tal fato é percebido em outras propriedades. Foram apresentados 12 registros em torno das terras do Engenho Jaguá-Meirim, 11 declarações referentes aos engenhos Vertente e Gameleira e nove relativas aos engenhos Alagoa Seca e Macaco. No Engenho Ribeiro Grande, Anna Josepha da Conceição declarou possuir uma parte no valor de 356\$650rs, sendo que o valor total da propriedade era de dez contos de réis, obtidos no inventário do seu avô, em 1841⁷⁰. Esse caso mostra o fracionamento da mesma unidade produtiva, quando um dos declarantes possuía uma parcela inferior a 4% dessa. Dessa forma, a preservação de tais unidades produtivas ocorria, notadamente, em função do acesso às benfeitorias dos engenhos para a produção do açúcar pelos pequenos produtores. Nesse aspecto, o caso de Henrique Pereira de Moraes é emblemático.

Henrique, enquanto tutor dos bens das suas netas, Josepha e Marcelina, declarou uma parte no Engenho Gameleira no valor de 1:014\$549rs. Henrique Pereira de Moraes também registrou dois sítios que adquirira do Capitão Antonio Tavares de Araujo e de sua irmã Dona Maria do Rosário Souto. Os dois sítios achavam-se compreendidos pela propriedade do Engenho Gameleira. No mesmo registro, foi declarado que ele e suas netas tinham “parte nas cobertas das casas, do Engenho e de caldeira, que foram inteiradas da dita quantia que herdaram dos seus finados pais”⁷¹. A ênfase de Henrique Pereira de Moraes na posse de parte das benfeitorias do Engenho Gameleira mostra a importância do acesso a elas pelos proprietários. Era este fato que fazia com que as famílias, além de seus aliados, permanecessem unidas após a divisão de um engenho entre os herdeiros. De um lado, os proprietários das parcelas das terras dos engenhos ou dos sítios que compunham essas propriedades não tinham condições de instalar novos engenhos; por outro, os herdeiros geralmente não tinham capital para assumir sozinhos os engenhos, caso fosse necessário um grande volume de recursos para a aquisição da

cana dos seus familiares para a produção do açúcar. Essa foi a razão principal para a “indivisibilidade” de boa parte dos engenhos estudados na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré. Peter Eisenberg afirmou que, em 1857, seis famílias controlavam 57% de toda a produção do açúcar em Nazaré⁷². Percebemos, porém que, por trás dos engenhos dessas mesmas famílias, havia um grande número de proprietários com sobrenomes e trajetórias diversas. Por outro, a produção do açúcar poderia ser dominada por seis núcleos, mas a extensão das famílias nos permite afirmar que essa concentração não foi assim tão intensa. Isso porque uma mesma família abrigava dezenas de núcleos independentes. Outro fator que colaborou com a “indivisibilidade” dos engenhos foi a própria articulação política das famílias e suas redes sociais em torno do tráfico de escravos na década de 1840. Marcus Carvalho mostra as intensas disputas entre as facções pernambucanas pelo controle do acesso aos cativos africanos desembarcados na Província de Pernambuco, especialmente entre os anos 1845-1848⁷³. Esse fato também reforçava a política de preservação das unidades produtivas nas mãos das famílias, de maneira a garantir as articulações políticas que interessavam aos membros dos clãs. Esta prática também não se restringiu à Zona da Mata.

No Sertão, a “indivisibilidade” das propriedades foi uma prática muito difundida, como uma forma de garantir o acesso dos vários núcleos articulados em torno de uma família aos recursos necessários à pecuária. Maria Ferreira Burlamaqui analisou a estrutura fundiária em Tacaratú e Floresta, no Sertão de Pernambuco, entre 1840 e 1880. Ela defende que a administração das fazendas “em condomínios” foi o fator preponderante para reproduzi-las de uma geração a outra sucessivamente, pois seria dessa forma que os herdeiros assegurariam a concentração de terras, na maioria dos casos, em posses descontínuas⁷⁴. Essa é uma prática com raízes no Período Colonial. Tânia Brandão mostrou que essa foi uma estratégia de preservação e ampliação do patrimônio pelas famílias no sertão do Piauí, no século XVIII⁷⁵.

Na Província do Rio Grande do Sul, não encontramos a mesma articulação familiar em torno da “indivisibilidade” das unidades produtivas. Em Taquari, as terras e as benfeitorias utilizadas no beneficiamento de produtos agrícolas, neste caso as atafonas e os moinhos para o trigo e o milho, eram divididas entre os herdeiros. As famílias geralmente não compartilhavam dessas instalações. E, no caso da pecuária, as mangueiras eram construídas com custos relativamente baixos ou então improvisadas

com madeiras, o que não exigia a “indivisibilidade” das propriedades. Nos municípios, porém, onde predominava a pecuária, especialmente na região da fronteira, a ausência de alambrados até a década de 1860, quando as cercas eram improvisadas com espinheiros e valos, fazia com que os herdeiros ou proprietários das partes de campos, que não tivessem meios de demarcarem e, sobretudo, cercarem as suas áreas, permanecessem em “comunhão” com seus familiares. Nesses casos, o gado era “marcado a ferro”, permitindo assim a identificação e o controle dos rebanhos⁷⁶.

No caso de Nazaré, é preciso acrescentar ainda o fato que os lucros obtidos com o açúcar eram pequenos e isso não possibilitava a concentração da propriedade da terra a somente um herdeiro de família extensa com apenas os lucros obtidos por meio daquela atividade. Já é amplamente conhecido, na historiografia brasileira, o poder econômico dos negociantes que, em grande parte dos casos, investiam parte do seu capital na propriedade da terra⁷⁷. Mostramos em nossa tese que, no caso do Rio Grande do Sul, o investimento na propriedade da terra era uma alternativa de investimento seguro e de diversificação das atividades aos homens de negócios⁷⁸. Em Pernambuco, o agenciamento da produção do açúcar e o tráfico de escravos permitiram uma importante ascensão social aos negociantes, mas ao mesmo tempo canalizaram boa parte ou, em alguns casos, até a maior porção dos rendimentos dos produtores de açúcar. Peter Eisenberg mostrou que o “correspondente”, que era quem negociava o açúcar, enriquecia na capital, podendo agenciar a produção de até 70 clientes (senhores de engenhos)⁷⁹. A obra de Marcus Carvalho sobre a escravidão no Recife mostrou os altos lucros propiciados pelo tráfico negreiro e a ascensão de alguns negociantes pernambucanos por meio dessa atividade. Carvalho também indicou que, no caso da Mata Sul, nas décadas de 1830 e 1840, alguns senhores de engenho ingressaram no tráfico negreiro, o que permitiu um importante acúmulo e a própria expansão dos seus engenhos⁸⁰. A aquisição de escravos extraía os lucros dos senhores de engenho e produtores de cana-de-açúcar da Freguesia de Nazaré, na Mata Norte, enquanto algumas famílias da Mata Sul ingressaram nessa lucrativa atividade. Como é necessário analisar as diferenças econômicas entre as duas regiões pernambucanas, a questão da inserção dos proprietários rurais no comércio ajudam a entender a manutenção do latifúndio na Mata Sul em virtude da rápida fragmentação das terras dos engenhos na Mata Norte.

Em 1854, o presidente da Província, João Cansanção de Sinimbu, citou o projeto dos agricultores pernambucanos em torno da criação de uma sociedade de agricultura,

com a finalidade de assegurar melhores preços ao açúcar e ao algodão, evitando assim os “caprichos dos especuladores”⁸¹. A preocupação dos produtores de açúcar em criar um órgão que fosse uma alternativa aos negociantes mostra que, na verdade, eram estes últimos os que mais acumulavam capital com a atividade. Logo, os lucros dos senhores de engenho, e daqueles que beneficiavam a cana junto às benfeitorias das suas famílias, dificultavam a aquisição de terras e engenhos. Manuel Correia de Andrade mostrou que, em meados do século XIX, Pernambuco ainda produzia açúcar de baixa qualidade e preço, bem como empregava muita mão de obra, a qual aumentava os custos de produção, diminuindo, sensivelmente, os ganhos dos produtores⁸². Isso permitia, por um lado, o rápido fracionamento das propriedades e, por outro, que o ingresso dos negociantes, na propriedade da terra, fosse por meio de aquisição direta ou através das cobranças de hipotecas⁸³. Outro aspecto que nos chamou atenção foi o preço médio do valor do hectare em Nazaré.

Os registros paroquiais de terras do Rio Grande do Sul não apresentaram o valor das propriedades⁸⁴. Já no caso pernambucano, as declarações paroquiais da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré citaram o preço das áreas declaradas. 254 registros citaram a o valor das áreas matriculadas. Em 39 registros, coincidiram as informações da extensão e do valor da propriedade, permitindo calcular o valor médio do hectare de terra em Nazaré. Apesar de alguns proprietários incluírem nessa cifra o preço das benfeitorias, em especial nas propriedades menores, ainda assim é possível se aproximar do valor médio do hectare. O preço médio obtido nessas 39 propriedades foi de 20\$147rs o hectare⁸⁵. Nas áreas superiores a 100 hectares, o valor médio do hectare ficou abaixo de 10\$000rs, sendo citados valores entre 4\$580rs e 11\$927rs. Esses dados são reveladores. Os registros paroquiais de Nazaré foram realizados entre 1858 e 1860. Em Taquari, em 1860, o valor médio do hectare foi de 21\$501rs, ou seja, era uma área de economia “acessória”. Então, em uma Província onde a pecuária recebia maior destaque, o preço do hectare de terra equivalia ao valor de uma área “dinâmica” da agricultura exportadora do Brasil. Esta é uma temática que merece maior atenção da historiografia, logo não pretendemos, nem podemos, responder a essa questão neste trabalho. Ainda assim, a comparação entre o preço da terra na Serra do Rio Grande do Sul com aquele da Zona da Mata de Pernambuco, guardadas as especificidades de cada região, mostra a importância econômica das lavouras voltadas ao abastecimento do mercado interno, quando o valor das suas terras equivalia àquelas das áreas açucareiras

de Pernambuco, consolidadas na historiografia como uma das mais dinâmicas do Império.

A proposta, neste artigo, de realizar um trabalho comparativo sobre a estrutura fundiária de dois municípios de regiões diversas do Império, um na serra gaúcha e o outro na zona da mata pernambucana, permite alcançar sínteses mais amplas da história social e agrária de um país tão extenso e culturalmente heterogêneo quanto o Brasil. Este estudo paralelo permitiu, ainda que de maneira incipiente, apontar para um quadro econômico, no qual a distância entre a agricultura “de zona dinâmica” e aquela “de periferia” não era tão significativa assim. Da mesma forma, possibilitou o estudo das suas diferenças, como é o caso das estratégias de transmissão de propriedade: em Pernambuco, havia a prática da “indivisibilidade dos engenhos”, enquanto, no Rio Grande do Sul, tal estratégia não se fez presente. Seguindo a proposta do método comparativo que permite contribuição no estudo das duas realidades em análise, além de sua síntese, foi-nos possível ainda demonstrar a importância da agricultura de alimentos em Nazaré e a pequena extensão dos “grandes engenhos” da Mata Norte de Pernambuco, em meados do XIX.

¹ Este artigo é resultado das pesquisas desenvolvidas em nosso estágio de pós-doutoramento realizado no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pernambuco, sob a supervisão do Prof. Dr. Marcus Joaquim Maciel Carvalho, e financiada pelo CNPQ.

² FERTIG, André Atila. *Clientelismo político em tempos belicosos*. Santa Maria: Editora da UFSM, 2010.

³ ANDRADA, Martin Francisco Ribeiro. *Relatório da Repartição dos Negócios da Justiça apresentado á Assembléa Geral Legislativa na Quarta Sessão da Décima Terceira Legislatura pelo respectivo Ministro e Secretário de Estado da Justiça Martin Francisco Ribeiro Andrada*. Rio de Janeiro: Correio Mercantil, 1867, p. 19.

⁴ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. *Movimentos sociais: Pernambuco, 1831-1848*. In: Keila Grinberg e Ricardo Salles. (Org.). *Coleção O Brasil Império (1808-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008, v. 2, p. 121-183.

⁵ Sobre os registros paroquiais de terras, ver: MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2ª Ed. Niterói: EdUFF, 2008. FARINATTI, Luís Augusto Ebling. *Sobre as cinzas da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria 1845-1880)*. Dissertação Mestrado em História. Porto Alegre: PPGH/PUCRS, 1999. GARCIA, Graciela Bonassa. *O Domínio da Terra: conflitos e estrutura agrária na campanha rio-grandense oitocentista*. Dissertação de Mestrado em História. Porto Alegre: PPGH/UFRGS, 2005. MAGALHÃES, Dóris Rejane Fernandes. *Terras, senhores, homens livres, colonos e escravos na ocupação da fronteira no Vale dos Sinos*. Tese Doutorado em História. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2003.

⁶ Conforme o artigo 13 da Lei de Terras de 1850.

⁷ Decreto n.º 1.318, de 20 de Janeiro de 1854.

⁸ SECRETARIA da Agricultura RS. *Coletânea da Legislação das Terras Públicas do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 1961, p. 18.

⁹ Registros paroquiais de terras da Freguesia de Taquari n.º 165 e 210. APERS.

¹⁰ Paróquia São José de Taquari e a Paróquia de Santo Amaro, localizada no primeiro Distrito.

¹¹ GARCIA, 2005, op. Cit., p. 140.

¹² VILLA BELLA, Barão de. *Relatório com o que o Exm. Sr. Barão de Villa Bella passou a administração desta província ao Exm. Snr. Vice-Presidente Desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha em 28 do mesmo mez e anno e o ultimo ao Exm. Snr. Presidente Conde de Baependy em 23 de Agosto seguinte*. Recife: Typ. de M. Figueiroa e F. & Filhos, 1868, p. 15.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ LUCENA, Henrique Pereira de. *Falla com que o excellentissimo senhor desembargador Henrique Pereira de Lucena abriu a Assemblêa Legislativa Provincial de Pernambuco em o 1.o de março de 1875*. Recife: Typ. de M. Figueiroa e F. & Filhos, 1875, p. 149.

¹⁵ MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2ª Ed. Niterói: EdUFF, 2008.

¹⁶ Registro paroquial de terras da Freguesia de Escada nº 64. FUNDAJ.

¹⁷ Processo de demarcação de Antonio Marques de Holanda Cavalcanti, fls. 1163. APEJE.

¹⁸ GARCIA, 2005, op. Cit., p. 141.

¹⁹ MOTTA, 2008, op. Cit.

²⁰ CARVALHO, José Murilo de. *A modernização frustrada: a política de terras no Império*. Revista Brasileira de História, n. 1, São Paulo, 1981, p. 39-57.

²¹ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Estranhos em seu próprio chão: o processo de apropriações e expropriações de terras na Província de São Pedro Do Rio Grande do Sul (o Vale do Taquari no período de 1840-1889)*. Dissertação de Mestrado em História. São Leopoldo: PPGH/UNISINOS, 2004.

²² Conforme mostram as atas das câmaras. Os cereais eram levados para a Campanha no lombo de mulas e também por carretas.

²³ ORNANO, Paul Baptiste d'. *Um barão na província. Apêndice ao Relatório Geral, 1863*. Tradução Fúlvia Moretto. Porto Alegre: EDIPUCRS/INL, 1996.

²⁴ CHRISTILLINO, 2004, op. Cit.

²⁵ *Idem*.

²⁶ Refiro-me às colônias Santa Cruz (1848), Santo Ângelo (1857), Santa Maria da Soledade (1858), fundadas por iniciativa do Governo Provincial. E as colônias Caxias (1870), Dona Isabel (1871), Conde D'Eu (1871) e Silveira Martins (1875), criadas pelo Governo Imperial.

²⁷ CUNHA, 1991, op. Cit.

²⁸ As picadas eram caminhos abertos em meio à mata, a partir dos quais eram criados os acessos e a divisão dos lotes dos colonos. As linhas correspondiam a “picadas maiores”, geralmente, com um traçado reto nos percursos e abrangendo um espaço mais amplo. Mas, ainda assim, a linha não constituía uma colônia, a qual, muitas vezes, poderia ser composta por várias linhas e picadas. Alguns colonizadores abriram linhas e picadas para lotearem e venderem suas terras, sem necessariamente estas estarem localizadas no interior ou nas proximidades de uma colônia. Eles impulsionaram o mercado de terras, mas não foram computados nos números oficiais da colonização na Província do Rio Grande do Sul.

²⁹ SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assemblêa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854*. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1854, p. 25.

³⁰ CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *A colonização e a grilagem no Rio Grande do Sul no XIX*. In: GUIMARÃES, Elione Silva; MOTTA, Márcia Maria Menendes. (Org.). *Campos em Disputa: história agrária e companhia*. São Paulo: Annablume, 2007, pp. 245-270.

³¹ ZARTH, Paulo Afonso. *Do arcaico ao moderno: as transformações do Rio Grande do Sul rural no século XIX*. Ijuí: Ed. da Unijuí, 2002.

³² GONÇALVES, Graciela Rodrigues. *As secas na Bahia do século XIX*. Dissertação de Mestrado em História. Salvador: PPGH/UFBA, 2000.

³³ LACERDA, Adolpho de Barros Cavalcante de. *Falla com que o exm. sr. dr. Adolpho de Barros Cavalcante de Lacerda, presidente da provincia, abriu a sessão da Assemblêa Legislativa em 19 de dezembro de 1878*. Recife, Typ. de Manoel Figueirôa de Faria & Filhos, 1879.

³⁴ FREYRE, Gilberto. *Casa-grande e Senzala: as origens da família patriarcal brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1987.

³⁵ LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979. LINHARES, Maria Yedda & SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *História da agricultura brasileira: combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

³⁶ LINHARES, Maria Yedda Leite. *Pecuária, Alimentos e Sistemas Agrários no Brasil (Séculos XVII e XVIII)*. *Revista Tempo*, Niterói, vol. 01, nº 02, 1996, p. 133.

³⁷ Hebe Mattos de Castro Silva, *Ao sul da História*, São Paulo, Brasiliense, 1987.

-
- ³⁸ MATTOSO, Kátia. *Bahia: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- ³⁹ LINHARES, 1996, op. Cit.
- ⁴⁰ LINHARES & SILVA, 1979, op. Cit.
- ⁴¹ EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977, p.69. Se o lucro líquido girava em torno de 10%, em alguns anos, provavelmente este índice era ainda menor, ou simplesmente nulo, dessa forma os senhores de engenhos não poderiam abrir mão da produção de alimentos.
- ⁴² SOARES, Mariza de Carvalho. Engenho sim, de açúcar não: o engenho de farinha de Frans Post. *Varia História*, Belo Horizonte, vol. 25, nº 41: p.61-83, jan/jun 2009.
- ⁴³ EISENBERG, 1977, op. Cit.
- ⁴⁴ Ibidem, pp. 148-149.
- ⁴⁵ Ibidem, pp. 60-61.
- ⁴⁶ Ibidem, p. 73.
- ⁴⁷ BARICKMAN, Bert Jude. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- ⁴⁸ NASCIMENTO FILHO, Carmelo Ribeiro do. *Fronteira Móvel: os homens livres pobres e a produção do espaço da Mata Sul da Paraíba (1799-1881)*. Dissertação de Mestrado em Geografia. João Pessoa: PPGG/UEPB, 2006.
- ⁴⁹ ANDRADE, Juliana Alves de. *A mata em movimento: Coroa portuguesa, senhores de engenho, homens livres e a produção do espaço*. Dissertação de Mestrado em História. João Pessoa: PPGH/UEPB, 2006. ANDRADE, Juliana Alves de. *Os homens livres do vale do Paraíba do Meio*. Texto inédito.
- ⁵⁰ MELLO, Manoel Felizardo de Souza e. *Relatório com que o Exm. Sr. Conselheiro Manoel Felizardo de Souza e Mello entregou a administração da província ao Exm. Sr. Conselheiro José Antonio Saraiva*. Recife: Tipographia de M. F. de Faria, 1859, anexo 01, p. 05.
- ⁵¹ 1:136.000\$000rs correspondiam ao açúcar e 11:360\$000rs a “canadas” de mel.
- ⁵² CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao Sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2010.
- ⁵³ CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial/ Teatro das sombras: a política imperial*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira: 2003, p. 272.
- ⁵⁴ Registro paroquial de terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré nº 47. APEJE.
- ⁵⁵ Registro paroquial de terras da Freguesia de Nossa Senhora da conceição de Nazaré nº 63. APEJE.
- ⁵⁶ Este tema já foi desenvolvido por: Santos, Maria da Guia. *O Algodão em Pernambuco: Desenvolvimento e Decadência 1860-1880*. Mestrado em História. Recife: PPGH/UFPE, 1978.
- ⁵⁷ Registro paroquial de terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré nº 175. APEJE.
- ⁵⁸ CHRISTILLINO, 2010, op. Cit.
- ⁵⁹ No município de Taquari, foram registradas 345 declarações na Paróquia de Santo Amaro e 557 na de São José de Taquari.
- ⁶⁰ Elas geralmente eram inferiores a 100 braças de frente (220 metros), desta forma uma área que tivesse uma extensão de fundos até 20 vezes superior em relação à frente do seu terreno ainda teria uma propriedade inferior a 100 hectares.
- ⁶¹ Foram 500 registros legíveis das 584 declarações apresentadas nos registros paroquiais de terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré.
- ⁶² ANDRADE, Manuel Correia de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1963, p. 105.
- ⁶³ Também devemos levar em conta a dinâmica de exploração das duas atividades, pois seria praticamente impossível ocupar com a cana-de-açúcar a extensão de uma sesmaria (13.068 hectares), que era a extensão das grandes estâncias de criação de gado do Rio Grande do Sul (uma sesmaria).
- ⁶⁴ “Os morgadios se configuraram como uma instituição tipicamente ibérica, existente desde o século XIV até sua revogação, em meados do século XIX. Foi abolido na Espanha em 1820 e em Portugal apenas em 1863. Enquanto uma propriedade vinculada, expressaram os esforços de perpetuação da família e manutenção de riqueza, a partir da institucionalização da transmissão do patrimônio via primogenitura”. In: MOTTA, Márcia. *Morgadios e Capelas na América Portuguesa do século XVIII*. In: Anais do XXIX Encontro da Associação Portuguesa de História Económica e Social, 2009, Porto, p. 05.
- ⁶⁵ Este teve a extensão de uma légua. Conforme: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Ed. UNESP, 2005, p. 127.
- ⁶⁶ Registro paroquial de terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré nº 565. APEJE.
- ⁶⁷ Registro paroquial de terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré nº 54. APEJE.
- ⁶⁸ Registro paroquial de terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré nº 32. APEJE.

⁶⁹ Propiciados pelas várias sucessões de propriedades ao longo da ocupação do município, o que provocou o fracionamento das áreas.

⁷⁰ Registro paroquial de terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré n° 237. APEJE.

⁷¹ Registro paroquial de terras da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazaré n° 225. APEJE.

⁷² EISENBERG, 1977, op. Cit., p. 151.

⁷³ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. A repressão tráfico atlântico de escravos e a disputa partidária nas províncias: os ataques aos desembarques em Pernambuco durante o governo praieiro, 1845-1848. *Tempo*. Niterói, Eduff, v. 27, pp. 151-167, 2009.

⁷⁴ BURLAMAQUI, Maria Ferreira. *Trajatórias e práticas de sociabilidade na apropriação de terras: Floresta e Tacaratu entre as décadas de 1840 e 1880*. Dissertação de Mestrado em História. Recife: PPGH/UFPE, 2005.

⁷⁵ BRANDÃO, Tânia Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. 2ª Ed. Recife: EDUFPE, 2012.

⁷⁶ Graciela Garcia mostrou esta prática no Município de Alegrete. Ver: GARCIA, Graciela Bonassa. *Terra, Trabalho e Propriedade: a estrutura agrária da campanha rio-grandense nas décadas finais do período imperial (1870-1890)*. Tese de Doutorado em História. Niterói: PPGH/UFF, 2010.

⁷⁷ FRAGOSO, João Luís Ribeiro. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro (1790-1830)*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. FRAGOSO, João Luís Ribeiro. & FLORENTINO, Manolo Garcia. *O Arcaísmo como Projeto: mercado atlântico, sociedade agrária em uma economia colonial tardia, Rio de Janeiro, 1790- 1840*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

⁷⁸ CHRISTILLINO, 2010, op. Cit.

⁷⁹ EISENBERG, 1977, op. Cit., pp. 89-90.

⁸⁰ CARVALHO, Marcus Joaquim Maciel. *Liberdade: Continuidade e rupturas na escravidão no Recife, 1822-1850*. 2ª ed. Recife: Editora da UFPE, 2002.

⁸¹ SINIMBU, João Lins Vieira Cansansão de. *Relatório do Presidente da Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1854*. Porto Alegre: Typ. do Mercantil, 1854, p. 54.

⁸² ANDRADE, Manuel Correia de. Espaço e tempo na agroindústria canvieira de Pernambuco. *Estudos Avançados*. Vol. 15, n° 43, São Paulo, 2001.

⁸³ O ingresso dos negociantes na produção do açúcar ainda carece de estudos em Pernambuco. Esta temática já foi trabalhada no caso da Província da Paraíba por Carmelo do Nascimento Filho, que mostrou o fracionamento das propriedades da Mata Sul da Paraíba pela sucessão e, em boa parte dos casos, pela venda de parte das terras dos senhores de engenhos para o saldo de dívidas. Neste último caso, os principais compradores de terras eram os comerciantes. Ver: NASCIMENTO FILHO, 2006, op. Cit.

⁸⁴ Foi o que demonstraram os casos das freguesias de Taquari, Cruz Alta e Santana do Livramento.

⁸⁵ Número obtido a partir da divisão da cifra alcançada com a soma de todos os valores apresentados (62:355\$836rs) nestas 39 declarações, pelo resultado da soma das extensões especificadas (3.095 ha).